



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB  
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2022

**ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL**

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**VERSÃO  
A**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nesta prova, você encontrará **19 (dezenove) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **100 (cem) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 08 (oito) questões, Raciocínio Lógico 08 (oito) questões, Atualidades 04 (quatro) questões, Informática 04 (quatro) questões, Promoção da Igualdade Racial e de Gênero 04 (quatro) questões, Medicina Legal 04 (quatro), Legislação Geral 08 (oito) questões, Noções Direito Administrativo 09 (nove) questões, Noções Direito Constitucional 08 (oito) questões, Noções Direito Penal 08 (oito) questões, Noções Direito Processual Penal 08 (oito) questões, Legislação Extravagante 09 (nove) questões, Noções de Estatística 09 (nove) questões e Noções de Arquivologia 09 (nove) questões.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.
- VII. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- X. **Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **03 (três) horas após seu início.**
- XII. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões somente após transcorrido o tempo de 03h30m (três horas e trinta minutos) do início da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

**Boa Prova!**



**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**



NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

# RASCUNHO

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto I Inverno

A família estava reunida em torno do fogo, Fabiano sentado no pilão caído, sinhá Vitória de pernas cruzadas, as coxas servindo de traveseiros aos filhos. A cachorra Baleia, com o traseiro no chão e o resto do corpo levantado, olhava as brasas que se cobriam de cinza.

Estava um frio medonho, as goteiras pingavam lá fora, o vento sacudia os ramos das catingueiras, e o barulho do rio era como um trovão distante.

Fabiano esfregou as mãos satisfeito e empurrou os tições com a ponta da alpercata. As brasas estalaram, a cinza caiu, um círculo de luz espalhou-se em redor da trempe de pedra, clareando vagamente os pés do vaqueiro, os joelhos da mulher e os meninos deitados. De quando em quando estes se mexiam, porque o lume era fraco e apenas aquecia pedaços deles. Outros pedaços esfriavam recebendo o ar que entrava pela rachadura das paredes e pelas gretas da janela. Por isso não podiam dormir. Quando iam pegando no sono, arrepiavam-se, tinham precisão de virar-se, chegavam-se à trempe e ouviam a conversa dos pais. Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade nenhum deles prestava atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, se não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto. [...]

(RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 63-64)

**1) O texto apresenta um expressivo caráter descritivo e faz uso das caracterizações de modo a:**

- apontar a ausência de relação entre o espaço físico descrito e os personagens que o ocupam.
- retratar, de forma generalizada, a reação de todos os seres humanos diante do clima frio por meio da ação dos personagens.
- indicar os efeitos positivos que a natureza exerce nas reflexões dos personagens independente de sua condição física.
- realçar a vulnerabilidade dos personagens diante da condição em que se encontram.
- representar, simbolicamente, o papel acolhedor da natureza em meio a situações de dificuldade material.

**2) No período composto “Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto.” (3º§), a conjunção que o introduz é essencial para a produção de sentido. Considerando seu emprego contextual, percebe-se que apresenta valor:**

- conformativo.
- consecutivo.
- causal.
- comparativo.
- condicional.

**3) Sabendo-se que “trempe” é um tipo de chapa de ferro colocada em fogão à lenha para sustentar as panelas, na passagem “chegavam-se à trempe e ouviam a conversa dos pais” (3º§), percebe-se que o acento indicativo de crase justifica-se:**

- por uma escolha estilística em função de seu emprego facultativo.
- para desfazer a ambiguidade provocada pela ausência de seu emprego.
- devido à necessidade de concordância com o gênero e o número do verbo.
- em função da regência do verbo e do gênero do substantivo destacado.
- por ilustrar um registro informal e regional de uma expressão.

**4) Em “Fabiano esfregou as mãos satisfeito” (3º§), o vocábulo destacado ilustra o seguinte emprego das classes de palavras:**

- a indicação do modo de realizar uma ação feita pelo advérbio.
- a representação de uma ideia abstrata feita pelo substantivo.
- uma qualidade própria às mãos atribuída pelo adjetivo.
- a nomeação de uma qualidade feita por um substantivo.
- a caracterização de um estado provisório feita por um adjetivo.

**5) No último parágrafo do texto, ao observar o emprego de dois-pontos, percebe-se que esse sinal de pontuação foi usado para:**

- indicar um esclarecimento.
- marcar enunciados de diálogo.
- representar a reprodução de citações.
- sinalizar a omissão de termos.
- mostrar a consequência do que se afirmou.

**6) Considerando-se o contexto, verifica-se que o pronome demonstrativo destacado em “De quando em quando estes se mexiam, porque o lume era fraco e apenas aquecia pedaços deles.” (3º§), foi empregado em uma referência:**

- espacial, indicando a proximidade do narrador.
- textual, retomando o último elemento de uma sequência.
- temporal, aproximando o leitor da ação descrita.
- textual, apontando uma ideia que ainda será apresentada.
- espacial, indicando a proximidade entre os personagens.

Considere o texto a seguir para responder às questões de 7 a 8.

**Texto II**

**Assunto: Debates sobre o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.**

Senhor Ministro,

Tenho a honra de convidar Vossa Excelência a participar do lançamento do Ciclo de Debates sobre a Execução do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, a ser realizado em 15 de março de 2018, às 9 horas, no Auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), no Setor de Áreas Isoladas Sul, em Brasília. O debate inicial faz parte de uma sequência de cinco encontros, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das diversas ações contidas no referido Plano.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[NOME DO SIGNATÁRIO]

[Ministro de Estado]

Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Adaptado. Acesso em 14/05/2022)

**7) O texto anterior é parte de um ofício, um dos exemplos de correspondências oficiais. Trata-se de um documento enviado a um Ministro de Estado. Em relação aos pronomes de tratamento empregados, é correto afirmar que:**

- o uso da forma “Senhor Ministro” é equivocada, pois indica um registro bastante informal para referir-se a um ministro.
- o pronome “Vossa Excelência” poderia ser substituído por “Sua Excelência” a fim de reforçar a impessoalidade.
- as formas de tratamento diferenciadas relacionam-se com os momentos distintos em que foram empregadas no texto.
- o redator poderia ter empregado “Vossa Excelência” no vocativo e a forma abreviada deste pronome no corpo do texto.
- a substituição, no vocativo, de “Senhor” por “Excelentíssimo” é uma escolha estilística possível ao redator.

**8) Considerando as orientações do Manual de Redação da Presidência da República, ao começar o texto com “Tenho a honra de convidar”, percebe-se que o redator não fez uso da seguinte característica necessária às correspondências oficiais:**

- Clareza.
- Objetividade.
- Coesão.
- Coerência.
- Pessoalidade.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

**9) Com relação aos conectivos lógicos é correto afirmar que:**

- para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples o condicional entre elas tem valor lógico verdadeiro
- para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples o bicondicional entre elas tem valor lógico falso
- para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples a conjunção entre elas tem valor lógico verdadeiro
- para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples a disjunção entre elas tem valor lógico verdadeiro
- se o valor lógico de uma proposição p é verdadeiro e o valor lógico de uma proposição q é falso, então a disjunção exclusiva entre elas tem valor lógico verdadeiro

**10) Se a frase “Todo escrivão fez concurso público”, então a alternativa que apresenta uma argumentação correta é:**

- Carlos não é escrivão, então não fez concurso público
- João fez concurso público, então é escrivão
- Maria não fez concurso público, então não é escrivão
- Ana não fez concurso público, então não é escrivão
- José não fez concurso público, então é escrivão

**11) Se Joana é delegada, então fez direito. Se Joana fez direito, então estudou durante 5 anos. Mas Joana não estudou 5 anos. A conclusão que se pode chegar é:**

- Joana não é delegada
- Joana não fez direito
- Joana é delegada
- Joana estudou mais de 5 anos
- Joana estudou menos de 5 anos

**12) A ocorrência foi registrada e o inquérito foi instaurado se, e somente se, a testemunha foi ouvida ou o flagrante foi validado, mas o processo será analisado.**

**Nessas condições, o total de conectivos lógicos utilizados na frase acima é igual a:**

- 3
- 4
- 5
- 6
- 2

13) A tabela indica todos os possíveis valores para duas proposições lógicas simples.

p	q	A
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

De acordo com tabela, os valores lógicos contidos na coluna A são o resultado de:

- a) p condicional q
- b) p disjunção q
- c) p conjunção q
- d) p disjunção exclusiva q
- e) p bicondicional q

14) A frase “O departamento de polícia estava cheio ou era feriado” é logicamente equivalente a frase:

- a) o departamento de polícia estava cheio e era feriado
- b) o departamento de polícia não estava cheio ou não era feriado
- c) se o departamento de polícia não estava cheio, então era feriado
- d) o departamento de polícia estava cheio se, e somente se, era feriado
- e) se o departamento de polícia não estava cheio, então não era feriado

15) Numa assembleia haviam 50 escrivães, sendo que 32 eram destros e 16 eram ambidestros. Nessas condições, e sabendo que todos sabiam escrever, o total de canhotos na assembleia era igual a:

- a) 2
- b) 18
- c) 22
- d) 34
- e) 16

16) “O acidente foi investigado e o autor foi encontrado”. De acordo com a lógica proposicional, a negação da frase é descrita como:

- a) “o acidente não foi investigado e o autor não foi encontrado”
- b) “o acidente não foi investigado ou o autor não foi encontrado”
- c) “o acidente não foi investigado e o autor foi encontrado”
- d) “o acidente foi investigado e o autor não foi encontrado”
- e) “o acidente não foi investigado ou o autor foi encontrado”

## ATUALIDADES

17) “A organização passou para o centro das discussões da diplomacia internacional em meados de abril e ao longo de maio de 2022, devido à possibilidade de adesão da Finlândia e da Suécia, em meio à Guerra na Ucrânia. A Rússia é contrária à entrada dos dois países na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (G1, 2022)”. Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) Foi criada em 1989, após o término da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim.
- ( ) Foi criada sob a liderança dos Estados Unidos em oposição à Inglaterra.
- ( ) É um bloco econômico atualmente liderado por EUA, China e Coreia do Sul.
- ( ) Ucrânios pleiteavam entrada no grupo, o que foi um dos motivos para a invasão russa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - F - F - V
- b) F - F - F - F
- c) V - V - F - V
- d) V - F - V - F
- e) F - V - V - V

18) Em 2021, mais de 40% da perda de floresta nativas no mundo ocorreu no Brasil, segundo dados do Global Forest Watch, plataforma de monitoramento de florestas desenvolvida pela Universidade de Maryland. Esse mapeamento é feito há duas décadas a partir de análises de \_\_\_\_\_ (adaptado de G1, 2022).

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) imagem de GPS
- b) imagem de satélite
- c) imagem de teodolito
- d) imagem de pluviômetro
- e) imagem de barômetro

19) “A tecnologia 5G é um novo padrão para dispositivos móveis que trará mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas na forma como as pessoas utilizam esses aparelhos. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações, o 5G, ou quinta geração da telefonia móvel, é uma nova tecnologia de transporte de dados em redes envolvendo dispositivos móveis. Ele sucede gerações anteriores, mas autoridades e especialistas apontam que terá melhorias não apenas incrementais, mas qualitativas” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Analise as afirmativas abaixo.

- I. A tecnologia 5G permitirá a interconexão de diversos outros equipamentos em casa ou no escritório.
- II. Ter um aparelho com 5G possibilitará um melhor tempo de processamento de downloads e uploads.
- III. A rede 5G permitirá a possibilidade de estudos e trabalho remoto com maior qualidade nas videoconferências.
- IV. As ondas de 5G têm maior alcance em relação à 4G e, por isso, será preciso a construção de poucas antenas para espalhar o sinal em todo o país.

**Estão corretas as afirmativas:**

- a) II e III apenas
- b) I e II apenas
- c) I e IV apenas
- d) I, II e III apenas
- e) II, III e IV apenas

20) Acredita-se que o ritual da lavagem teve origem nos tempos em que os escravos eram obrigados a levar água para lavar as escadarias da Basílica para a festa dos brancos, desde esta época um agradecimento do povo às graças concedidas pelo Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim. O ponto alto da festa acontece no Largo do Bonfim, bem em frente à igreja, no alto da Colina Sagrada, e é marcada pela lavagem da escadaria e do adro da igreja por baianas vestidas a caráter, trazendo na cabeça potes com água de cheiro para lavar o chão da igreja, além de flores para enfeitar o altar. Nos cultos afro-católicos, o Senhor do Bonfim é [...] Oxalá. Ocorre também uma aproximação entre a festa católica e a dos cultos afro-brasileiros, as “Águas de Oxalá” (adaptado de BONFIM, 2000). Assinale a alternativa que apresenta o termo que faz referência à manifestação religiosa e cultural descrita no texto.

- a) Separatismo religioso
- b) Esteticismo religioso
- c) Sincretismo religioso
- d) Estadismo religioso
- e) Islamismo religioso

## INFORMÁTICA

21) Quanto as noções básicas sobre IP e IMEI, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) Existem atualmente duas versões de IP, os denominados IPv4 e o IPv6.
- ( ) O mesmo equipamento pode ter vários IP's, assim como vários IMEI's.
- ( ) O IMEI é um código de 15 dígitos que identifica de forma internacional os celulares.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo**

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V
- e) F - F - F

22) Dado os três conceitos técnicos abaixo, assinale a alternativa que corresponda, respectivamente, a cada um desses conceitos especificamente.

1. Vírus que cria cópias em outras unidades ou nos computadores de uma rede para executar ações maliciosas.
2. Esse malware é como uma porta criada a partir de um programa cuja instalação não foi autorizada pelo usuário, que explora as vulnerabilidades ali existentes e permite que terceiros tenham acesso à máquina.
3. Método que tenta "pescar" vítimas para que cliquem em links ou baixem arquivos com o objetivo de adquirir informações pessoais.

- a) 1. Worm - 2. Backdoor - 3. Phishing
- b) 1. Backdoor - 2. Worm - 3. Phishing
- c) 1. Worm - 2. Phishing - 3. Backdoor
- d) 1. Phishing - 2. Backdoor - 3. Worm
- e) 1. Phishing - 2. Worm - 3. Backdoor

23) Quanto à identificação de arquivos, relacione os principais tipos de formatos de arquivos da coluna da esquerda com a respectiva descrição da coluna da direita:

(1) JPEG	(A) Formato nativo do Microsoft Word.
(2) MPEG	(B) Associado a páginas e endereços da web.
(3) DOCX	(C) Formato comum de arquivo de imagem.
(4) HTML	(D) Formato de arquivo de vídeo.

- a) 1C - 2D - 3B - 4A
- b) 1D - 2C - 3A - 4B
- c) 1C - 2D - 3A - 4B
- d) 1B - 2D - 3A - 4C
- e) 1C - 2A - 3D - 4B

24) Com base na planilha eletrônica abaixo, assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula: =(SOMA(A2:C2))/(B1-B2)+A1/C1

	A	B	C
1	10	9	8
2	5	6	7

- a) 10 (dez)
- b) 8 (oito)
- c) 6 (seis)
- d) 4 (quatro)
- e) 2 (dois)



**PROMOÇÃO DA IGUALDADE  
RACIAL E DE GÊNERO**

25) “Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental ou submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo”, constitui crime de tortura. Sobre o crime de tortura, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O ato de constranger previsto no crime de tortura pode se dar com a finalidade de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; com a intenção de provocar ação ou omissão de natureza criminosa; ou ainda, em razão de discriminação racial ou religiosa
- b) A pena prevista para o crime de tortura é de reclusão, de dois a oito anos
- c) Se no crime der tortura o resultado é a lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de seis a doze anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos
- d) A pena para o crime de tortura é aumentada de um sexto até um terço, se o crime é cometido por agente público ou se é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou mais de sessenta anos, ou ainda, se o crime é cometido mediante sequestro
- e) Por força do §6º, do art. 1º da lei de Tortura, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça e anistia

26) No escopo da promoção da igualdade racial e gênero, muitos são os dispositivos legais que compõem o ordenamento jurídico penal. Sendo assim, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, fazendo a relação entre elas.

**COLUNA I**

- 1) Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.
- 2) Lei Federal nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985.
- 3) Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.
- 4) Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997.
- 5) Lei Federal nº 11.430, de 7 de agosto de 2006.
- 6) Decreto Federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969.

**COLUNA II**

- ( ) Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.
- ( ) Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- ( ) Define os crimes de tortura e dá outras providências.
- ( ) Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- ( ) Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- ( ) Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.**

- a) 1, 3, 4, 5, 6, 2
- b) 2, 3, 4, 6, 5, 1
- c) 1, 2, 4, 5, 6, 3
- d) 2, 4, 3, 5, 1, 6
- e) 1, 5, 4, 3, 6, 2

27) A Constituição do Estado da Bahia, em seu capítulo XXIII, tem como título “Do Negro”. Tomando os artigos 286 a 290 deste capítulo da constituição baiana, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) O dia 20 de novembro será considerado, no calendário oficial, como Dia da Consciência Negra.
- ( ) A rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil e militar incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.
- ( ) Com países que mantiverem política oficial de discriminação racial, o Estado poderá admitir participação, ainda que indireta, através de empresas neles sediadas, em qualquer processo licitatório da Administração Pública direta ou indireta.
- ( ) A sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira, constituindo a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da Constituição Federal.
- ( ) Com países que mantiverem política oficial de discriminação racial, o Estado não poderá manter intercâmbio cultural ou desportivo, através de delegações oficiais.
- ( ) Sempre que for veiculada publicidade estadual com mais de três pessoas, será assegurada a inclusão de uma da raça negra.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

- a) V - F - F - V - F - V
- b) V - V - F - V - V - F
- c) F - V - V - F - V - F
- d) V - V - F - V - F - V
- e) F - F - V - F - F - V

28) A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, determina a soma de esforços entre governos, sociedade civil, empresas e indivíduos para que a igualdade racial seja um norte para as políticas e serviços oferecidos pelo Poder Público. Assim, partindo do Estatuto da Igualdade Racial, analise as afirmativas abaixo.

- I. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, sendo garantido pelo poder público o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira.
- II. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado, sendo que a preservação dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, tombados nos termos do §5º do art. 216 da Constituição Federal, receberá especial atenção do poder público.
- III. São três os objetivos do Sinapir – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial: 1. promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; 2. formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; e, 3. articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica.
- IV. O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) é instituído como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, participar do Sinapir mediante adesão.
- V. A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

**Estão corretas as afirmativas:**

- a) I, III e V apenas
- b) I, III e IV apenas
- c) I, II, IV e V apenas
- d) I, II, III, IV e V
- e) II, IV e V apenas



## MEDICINA LEGAL

- 29) O \_\_\_\_\_ é um documento utilizado para dirimir dúvidas na interpretação dos achados de uma perícia, sendo solicitado a uma pessoa de renome. Sua parte mais importante é a \_\_\_\_\_. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.
- atestado médico-científico / conclusão
  - parecer médico especializado / exposição circunstanciada
  - relatório médico-legal / histórico
  - parecer médico-legal / discussão
  - parecer externo circunstanciado / conclusão
- 30) Num relatório médico-legal, o breve relato dos fatos ocorridos por informação da vítima ou do indiciado, quando também alvo da perícia ou dos dados transcritos da guia de remoção do cadáver e das suspeitas que pairam sobre o caso, é denominado \_\_\_\_\_. Assinale a alternativa correta que preencha corretamente a lacuna.
- discussão
  - exposição circunstanciada
  - comemorativo
  - descrição
  - resposta aos quesitos
- 31) Sobre as perícias no Código de Processo Civil, analise as sentenças abaixo e dê valores Verdadeiro(V) ou Falso (F).
- As partes não podem, mesmo que de comum acordo escolher o perito.
  - A perícia consensual substitui para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.
  - É vedado ao perito emitir opiniões que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.
  - Tratando-se de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar, no máximo, um assistente técnico especializado.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
- F - V - V - F
  - V - V - V - V
  - F - F - V - V
  - V - F - F - F
  - V - F - F - V
- 32) Sobre o exame do local do crime, assinale a alternativa incorreta.
- Apesar de pouco nítidas, incompletas ou fragmentadas as impressões digitais podem determinar o sucesso da investigação
  - Quando um criminoso usa luvas não é possível que os objetos tocados contenham suas impressões digitais
  - Impressões digitais latentes são aquelas deixadas por descuido pelas mãos desprotegidas em decorrência de água e ácidos graxos presente no suor. São transformadas em impressões coloridas para análise
  - Quando não há evidências visíveis de sangue na cena do crime, como nos casos em que o local foi limpo para encobrir o acontecido, utiliza-se o Luminol, que poderá identificar a presença de sangue, mesmo em pequenas quantidades
  - Glóbulos vermelhos não servem para identificação via DNA nuclear, usando-se nesses casos o DNA mitocondrial

## LEGISLAÇÃO GERAL

- 33) A Lei Estadual nº 11.370/2009 trata da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia e dispõe sobre a sua estrutura organizacional. Acerca do assunto, assinale a alternativa que apresenta um órgão que não integra a estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado da Bahia.
- Órgãos de Gestão Estratégica
  - Órgãos de Gestão Tática
  - Órgãos de Gestão de Policiais Infiltrados
  - Órgãos de Suporte Operacional
  - Órgãos de Direção Superior
- 34) No que se refere às disposições da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia sobre o Delegado-Geral da Polícia Civil, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).
- A Polícia Civil do Estado da Bahia será dirigida pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Delegados de Polícia Civil, classe Especial, da ativa.
  - O Delegado-Geral da Polícia Civil, em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil.
  - Dentre outras competências, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil decidir, em último grau de recurso, sobre a instauração de inquérito policial e de outros procedimentos formais.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
- V - V - V
  - V - F - V
  - F - F - V
  - V - V - F
  - F - V - F
- 35) Acerca das penalidades previstas na Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, analise as afirmativas abaixo.
- São penalidades disciplinares a advertência, a suspensão, a demissão e a proibição de contratar com o Poder Público.
  - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os antecedentes funcionais, os danos que dela provierem para o serviço público e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- Estão corretas as afirmativas:
- I, II e III
  - I e II apenas
  - II e III apenas
  - I e III apenas
  - I apenas

**36) A Lei Estadual nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia), trata das faltas disciplinares. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente incorretamente uma falta disciplinar.**

- a) Deixar de cumprir prazos legais em inquéritos policiais, sindicâncias ou qualquer procedimento administrativo, sem justa causa
- b) Concorrer para a divulgação de fatos que possam provocar escândalo ou desprestígio à organização policial
- c) Simular doença para esquivar-se do cumprimento de suas atribuições
- d) Ausentar-se do serviço durante o expediente, ainda que com prévia autorização do chefe imediato
- e) Usurpar, para si ou para outrem, função pública

**37) A Lei Estadual nº 12.209 de 20 de abril de 2011, dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia. Sobre o disposto na lei, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).**

- ( ) Somente a lei pode condicionar o exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
- ( ) A Administração respeitará padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, procedendo, na relação com os administrados, com lealdade, correção e coerência, sem abuso das prerrogativas especiais que lhe são reconhecidas.
- ( ) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, admitindo-se a aplicação retroativa de nova interpretação para os atos já publicados.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

**38) No que se refere às disposições legais sobre o processo administrativo no Estado da Bahia (Lei Estadual nº 12.209/2011), assinale a alternativa correta.**

- a) É assegurada a prioridade de tramitação se o postulante ou interveniente for maior que cinquenta e cinco anos
- b) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei exigir, podendo ser utilizados modelos padronizados pela Administração
- c) A intervenção de terceiro no processo independe de decisão da autoridade competente ou da comprovação de interesse
- d) Em observância ao princípio da formalidade adequada, o reconhecimento de firma será exigido de todos os documentos
- e) Inexistindo disposição específica, os atos da autoridade competente e dos administrados, que participem do processo, devem ser praticados no prazo de 15 (quinze) dias

**39) A Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia. Acerca das disposições legais, assinale a alternativa que apresente a definição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato.**

- a) É o resultado da pesquisa de preços de mercado, obtido pela média dos valores praticados à época da abertura da licitação
- b) Alteração do valor original do contrato, para recompor o preço que se tornou insuficiente ou excessivo, em razão da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que agravem o custo da execução do contrato, bem assim para reduzir o seu preço com vistas a compatibilizá-lo com os valores de mercado
- c) Alteração dos valores inicialmente ajustados, na periodicidade e índice pactuados, para preservar o valor inicial do contrato corroído pela variação de custo dos insumos básicos utilizados na sua execução ou pela perda do poder aquisitivo da moeda, decorrente da inflação
- d) Acontecimento extraordinário, superveniente, imprevisível no momento da celebração do contrato, exterior à vontade das partes e inteiramente irresistível
- e) Relação de equivalência, originariamente pactuada, entre os encargos assumidos pelo contratado e a sua remuneração, inicialmente ajustada

**40) No que se refere às disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, analise as afirmativas abaixo.**

- I. A execução da obra ou serviço será sempre programada em sua totalidade, permitindo-se, porém, sua execução em parcelas técnica e economicamente viáveis, de acordo com os recursos financeiros disponíveis e a conveniência da Administração.
- II. A programação da obra ou serviço deverá prever custo atual e o final, levando-se em consideração os prazos de execução.
- III. A autorização da despesa será efetuada para as etapas da obra ou serviço licitados, não sendo necessária a autorização da despesa para o custo total da obra ou serviço projetado.

**Estão corretas as afirmativas:**

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

## NOÇÕES DIREITO ADMINISTRATIVO

41) Acerca das disposições da Lei Estadual nº 11.370 de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) Para o ingresso nos cargos da carreira de Delegado de Polícia e demais carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia será exigido diploma de conclusão de curso superior devidamente registrado no Ministério da Educação.
- ( ) A carreira de Delegado de Polícia Civil, integrará o Grupo das Carreiras Técnico-Jurídicas, sendo exigido para o provimento nos cargos a conclusão do curso de bacharelado em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC.
- ( ) Exigir-se-á a comprovação da conclusão do curso de Bacharelado em Medicina e Odontologia para os cargos de Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, respectivamente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

42) A Lei Estadual nº 11.370/2009 é a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia. No que se refere ao cargo de Escrivão de Polícia Civil, analise as alternativas e assinale aquela que não traz uma atribuição privativa do cargo de Escrivão de Polícia Civil.

- a) Expedir, mediante requerimento de interessado e despacho da autoridade policial, de certidões e translados
- b) Emitir guia de recolhimento, quando legalmente autorizado e determinado por autoridade policial
- c) Adotar medidas necessárias ou participar de programas e operações, com vistas à prevenção, repressão e controle da criminalidade
- d) Preencher planilhas de controle de inquéritos, processos e boletins
- e) Lavrar os atos de inquéritos policiais, termos circunstanciados de ocorrência e outros procedimentos legais, contribuindo na gestão de dados, informações e conhecimentos

43) Sobre o estágio probatório e as disposições do Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia (Lei estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994), analise as afirmativas abaixo.

- I. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.
- II. Os seguintes fatores serão observados no estágio probatório: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- III. Obrigatoriamente 9 (nove) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, que será completada ao término do estágio.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

44) Acerca das disposições do Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6677/1994), assinale a alternativa que não apresenta uma hipótese de vacância do cargo.

- a) Falecimento
- b) Aposentadoria
- c) Demissão
- d) Reversão
- e) Exoneração

45) As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem muitas semelhanças e diferenças no direito brasileiro. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta um traço distintivo entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

- a) Vinculação aos fins definidos na lei instituidora
- b) Derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público
- c) Personalidade jurídica de direito privado
- d) Criação e extinção autorizadas por lei
- e) Composição integral de capital público

46) No que diz respeito às autarquias no direito brasileiro, analise as alternativas abaixo e assinale a que não traz uma característica das autarquias.

- a) Sujeita-se ao controle ou tutela administrativa
- b) Possui personalidade jurídica pública
- c) Somente por lei específica poderá ser criada
- d) Possui capacidade de autoadministração
- e) Surge a partir da desconcentração administrativa

**NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL**

**47) Sobre as modalidades de licitação previstas na Nova Lei de Licitação e Contratos (NLLC - Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa que apresenta o conceito da modalidade concorrência, segundo a NLLC.**

- a) Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto
- b) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, cujo valor seja acima de R\$ 2.000.000,00
- c) Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico e maior desconto
- d) Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades
- e) Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor

**48) O processo de contratação direta compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que a licitação é dispensável, segundo a Lei nº 14.133/2021.**

- a) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública
- b) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível
- c) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos
- d) Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento
- e) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tomem necessária sua escolha

**49) Acerca dos poderes administrativos ou poderes da Administração, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).**

- ( ) Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- ( ) Poder normativo ou regulamentar advém da possibilidade da emanção de atos com efeitos gerais e abstratos que não podem contrariar a lei.
- ( ) Estudantes de uma escola pública não se sujeitam ao poder disciplinar.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

- a) V - V - V                      d) V - V - F
- b) V - F - V                      e) F - V - F
- c) F - F - V

**50) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).**

- ( ) O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, abrange tanto o direito de não ser morto (ou direito de continuar vivo), como também o direito de ter uma vida digna.
- ( ) Em decorrência do direito à vida, é proibido, em qualquer hipótese, a pena de morte.
- ( ) Não é possível interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo, em observância ao direito à vida.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

- a) V - V - V
- b) V - F - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

**51) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, especialmente o direito à propriedade, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).**

- ( ) A função social da propriedade é prevista expressamente na Constituição Federal de 1988.
- ( ) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988.
- ( ) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano, tendo em vista que houve a utilização de sua propriedade.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

- a) V - V - V
- b) V - F - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F



**52) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, especialmente o direito à liberdade, analise as afirmativas abaixo.**

- I. A Constituição assegura a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. A lei infraconstitucional poderá, portanto, limitar o seu alcance, fixando condições ou requisitos para o pleno exercício da profissão.
- II. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Trata-se do direito de informar e de ser informado, explicitando do direito constitucional à liberdade de informação.
- III. A locomoção no território nacional em tempo de paz é livre, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

**Estão corretas as afirmativas:**

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

**53) No que se refere à organização político-administrativa brasileira, analise as afirmativas abaixo.**

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- II. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, todos autônomos.
- III. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

**Estão corretas as afirmativas:**

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

**54) Acerca da Organização do Estado, assinale a alternativa que apresenta correta e respectivamente o Sistema de Governo e a Forma de Estado no Brasil.**

- a) República e Federação
- b) Presidencialismo e Federação
- c) Parlamentarismo e Monarquia
- d) Presidencialismo e República
- e) República e Estado Unitário

**55) No que tange às disposições constitucionais sobre os Estados Federados, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Incluem-se entre os bens dos Estados, dentre outros, as terras devolutas não compreendidas entre as da União
- b) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze
- c) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em 6 de janeiro do ano subsequente
- d) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de telecomunicação, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação
- e) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum

**56) À respeito das disposições constitucionais sobre segurança pública, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).**

- ( ) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- ( ) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- ( ) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais e infrações penais militares.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.**

- a) V - V - V
- b) V - F - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

**57) Acerca das disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta os objetivos da Ordem Social.**

- a) Dignidade da vida humana e solidariedade
- b) Saúde e segurança pública
- c) Bem-estar e a justiça sociais
- d) Proteção da família e do meio ambiente
- e) Desenvolvimento sustentável e dignidade da vida humana



## NOÇÕES DIREITO PENAL

### 58) Assinale a alternativa que apresenta a presença de uma contravenção penal referente à paz pública.

- a) Disparar arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela
- b) Provocar alarme, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto
- c) Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas
- d) Deixar de colocar na via pública, sinal ou obstáculo, determinado em lei ou pela autoridade e destinado a evitar perigo a transeuntes
- e) Deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente, ou não guardar com a devida cautela animal perigoso

### 59) No que diz respeito às disposições da Lei de Drogas, assinale a alternativa incorreta.

- a) No tráfico de drogas “privilegiado”, a pena do autor do crime pode ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa
- b) O crime de porte de drogas para consumo pessoal não possui pena privativa de liberdade em seu rol de sanções
- c) Configura crime da lei de drogas a conduta de consumir cocaína e, logo em seguida, postar-se na direção de veículo automotor na via pública
- d) Configura crime da lei de drogas a conduta de associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, a conduta de guardar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas
- e) O elemento subjetivo dos crimes da Lei de Drogas é o dolo e a culpa, a depender da descrição típica da conduta

### 60) No que diz respeito às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação
- b) Incide nas penas do crime de omissão de socorro previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o condutor do veículo, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves
- c) Configura crime de embriaguez previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a conduta de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência
- d) Caso o condutor de veículo automotor, suspeito da prática do crime de embriaguez previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), se recuse a realizar o teste de alcoolemia ou toxicológico, não há como punir o agente pelo referido delito
- e) Os crimes de trânsito são de ação penal pública incondicionada

### 61) No que se refere à Lei dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto
- b) A pena por crime hediondo deve ser cumprida inicialmente em regime fechado
- c) A prisão temporária, nos crimes hediondos, possui o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
- d) Em caso de sentença condenatória, o juiz deverá decidir fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade
- e) Apresenta-se como crime hediondo o delito de associação criminosa

### 62) Relativamente aos crimes contra a fé pública associados à “moeda falsa”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Configura crime contra a fé pública o ato de fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda
- b) É punido com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa, o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão de moeda com título ou peso inferior ao determinado em lei
- c) Configura crime contra a fé pública a conduta de emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago
- d) Configura crime contra a fé pública o ato de falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro
- e) Aquele que, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa

**63) Excluem-se do alcance da Lei de Abuso de Autoridade:**

- a) os membros do Poder Legislativo e os membros do Ministério Público
- b) os membros do Poder Executivo e os membros dos Tribunais ou Contas
- c) os colaboradores da Administração Pública
- d) os servidores públicos e os militares
- e) os membros dos Conselhos de Contas e os membros do Poder Judiciário

**64) Apresenta-se como pena restritiva de direito aplicável à pessoa física prevista na Lei dos Crimes Ambientais, dentre outras:**

- a) perda de bens e prestação de serviços à comunidade
- b) prestação de outra natureza e inserção no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)
- c) cassação do exercício profissional e monitoramento eletrônico
- d) perda do poder familiar e interdição temporária de direitos
- e) prestação pecuniária e recolhimento domiciliar

**65) Relativamente às formas de violência previstas na Lei nº 11.340/2006, a qual cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (“Lei Maria da Penha”), assinale a alternativa incorreta.**

- a) A violência moral, entendida como a prática de grave ameaça
- b) A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades
- c) A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força
- d) A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal
- e) A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que possa causar à vítima dano emocional e diminuição da autoestima

**NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**66) No que se refere às características do inquérito policial, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Os membros do Ministério Público podem acompanhar as investigações do inquérito e até instaurar procedimentos investigatórios criminais na promotoria. Contudo, se instaurado inquérito no âmbito da Polícia Civil, a presidência caberá sempre ao delegado de polícia e, em hipótese alguma, a órgão do Ministério Público
- b) Tendo sido decretado o sigilo do Inquérito Policial pelo Poder Judiciário, será vedado ao advogado examinar, sem procuração, autos de investigações em andamento, ainda que conclusos à autoridade policial
- c) A vítima da infração penal possui o direito de requerer diligências; na hipótese de indeferimento pelo Delegado de Polícia, a parte poderá requerer a providência ao juiz ou ao promotor de justiça
- d) Quando ocorrer crime militar, será instaurado inquérito policial militar, de responsabilidade da própria Polícia Militar ou das Forças Armadas, dependendo do autor da infração; igualmente não será instaurado inquérito policial, quando for cometido crime por membro do Ministério Público ou juiz de direito, hipóteses em que a investigação ficará a cargo da própria chefia da Instituição ou do Judiciário
- e) O caráter inquisitivo do inquérito não torna possível à autoridade policial realizar diligências não conformes, como escutas telefônicas clandestinas, torturas para a obtenção de provas ou confissões, ou outras similares, sob pena de responsabilização criminal e nulidade da prova obtida de forma ilícita

**67) No que diz respeito às formas de instauração do inquérito policial, assinale a alternativa incorreta.**

- a) O inquérito policial pode ser iniciado por ato voluntário da autoridade policial, sem que tenha havido pedido expresso de qualquer pessoa nesse sentido; isso porque a lei determina que a autoridade é obrigada a instaurar o inquérito sempre que tomar conhecimento da ocorrência de crime de ação pública em sua área de atuação
- b) O Código de Processo Penal estabelece que qualquer pessoa pode levar ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de uma infração penal. Essa comunicação, todavia, é facultativa, exceto na hipótese da Lei das Contravenções Penais, em que funcionários públicos ou da área de saúde têm a obrigação de informar a ocorrência de crimes de ação pública incondicionada de que venham a tomar conhecimento no desempenho das funções
- c) Faz parte das atribuições funcionais da Autoridade Policial instaurar inquérito policial de imediato quando receber notícia anônima da prática de um crime, ainda que desacompanhada de elementos de prova; nessa hipótese o inquérito policial deve mencionar em sua portaria a anotação: “autoria a esclarecer”
- d) Quando se trata de infração de menor potencial ofensivo não deve ser instaurado inquérito policial, salvo em hipóteses excepcionais, mas meramente lavrado termo circunstanciado; ademais, para que este seja lavrado é desnecessária a prévia existência da representação, que poderá ser colhida posteriormente
- e) O promotor de justiça da comarca, caso receba documentos dando conta da prática de crime pelo prefeito municipal, não pode requisitar inquérito, e sim encaminhar os documentos ao Procurador-Geral de Justiça, que é quem tem atribuição para processar prefeitos, uma vez que estes gozam de foro especial junto ao Tribunal de Justiça

**68) No que concerne à prova no processo penal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) É vedado ao juiz exigir que a parte faça prova da vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, vez que o Magistrado não pode alegar ignorância da lei
- b) No processo penal, os fatos incontroversos ou admitidos não estarão, necessariamente, excluídos do esforço probatório, uma vez que a condenação criminal não pode se fundar em conclusões errôneas, mesmo que sejam incontestas
- c) Nem todos os fatos e circunstâncias relacionados à causa, todavia, precisam ser provados, pois a atividade probatória tem feição essencialmente utilitária, de modo a restringir seu objeto aos acontecimentos úteis e relevantes ao julgamento da causa
- d) O fato criminoso que constitui objeto da imputação jamais pode ser tido como notório, de modo a dispensar a prova de sua ocorrência, daí por que somente os fatos notórios acidentais dispensam comprovação
- e) Se a lei toma como verdadeiro determinado fato ou situação, as partes não precisam comprová-los, como se dá, por exemplo, com a inimizabilidade do menor de 18 anos; se a presunção legal for de caráter relativo, contudo, admite-se que a parte a quem ela desfavorece produza prova na tentativa de infirmá-la

**69) Ainda no que diz respeito à prova no processo penal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Para que possa formar sua convicção em relação a determinado fato ou circunstância, o juiz deve valer-se, necessariamente, de algum elemento de convicção produzido ou reunido perante o juízo ou tribunal, mostrando-se a prova colhida na fase investigatória, portanto, ineficaz para, de forma isolada, servir de lastro para a decisão
- b) Prova cautelar é a decorrente de procedimento próprio cautelar de produção antecipada de provas, enquanto prova antecipada é aquela colhida, no curso da investigação ou nos autos da ação penal, mesmo que sem a ciência ou participação do investigado ou acusado, em razão do temor de que já não exista ao tempo da instrução
- c) Nos processos do Tribunal do Júri, não se exige motivação das decisões do Conselho de Sentença que são embasadas na íntima convicção ou certeza moral dos jurados, não havendo como se aferir a origem das provas utilizadas para afirmar que a condenação se deu com base em provas colhidas em sede de inquérito policial
- d) Por prova não repetível entende-se aquela cuja reprodução em juízo tornou-se inviável em decorrência de acontecimentos ulteriores à sua colheita, tal como ocorre com o depoimento de testemunha que faleceu após ser ouvida na fase do inquérito
- e) O livre convencimento do magistrado faz com que este, no exercício de seu poder jurisdicional, possa fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, visto que esta é conduzida por órgão oficial, quando for colhida em sede de inquérito policial

**70) Dentre os princípios que regem a atividade probatória, temos que o princípio do privilégio contra a autoincriminação:**

- a) confere ao investigado ou acusado o direito de abster-se de praticar qualquer conduta que possa acarretar a obtenção de prova em seu desfavor
- b) exige que o juiz tenha contato direto com as provas de que se valerá para decidir, daí por que, em regra, é inválida a prova produzida sem a presença do magistrado
- c) atribui às partes o ônus de produzir prova de suas alegações, estabelecendo que elas terão de arcar com as consequências processuais de eventual omissão
- d) garante que a instrução seja acompanhada não apenas pelos sujeitos processuais, mas pelo público, vedando, assim, qualquer atividade secreta
- e) consubstancia-se na exigência de que a atividade probatória seja realizada em uma única audiência ou, na impossibilidade, em poucas audiências sem que haja grandes intervalos entre elas

**71) Relativamente ao “flagrante esperado”, assinale a alternativa correta.**

- a) Trata-se de hipótese de flagrante nulo, que deve ser relaxado, porque foram criadas provas de um delito inexistente exatamente para viabilizar a prisão; por via de consequência, o responsável pela fraude deve responder por crime de denúncia caluniosa e também por abuso de autoridade se for funcionário público
- b) Nessa modalidade de flagrante, o sujeito não é localizado casualmente, na posse de objetos, valores, dinheiro ou armas, de modo que a situação fática leve à conclusão de que ele é autor do delito. Note-se que, no último exemplo, o furto considera-se consumado porque a bolsa já havia sido tirada da esfera de vigilância da vítima sem a ocorrência de perseguição imediata. Daí a conclusão de que a prisão em flagrante não significa necessariamente que o furto esteja apenas tentado
- c) Nessa modalidade de flagrante, apontado como válido e regular, os agentes da autoridade, cientes, por qualquer razão, de que um crime poderá ser cometido em determinado local e horário, sem que tenha havido qualquer preparação ou induzimento, deixam que o suspeito aja, ficando à espreita para prendê-lo em flagrante no momento da execução do delito
- d) Esse tipo de flagrante, também chamado de diferido, consiste em atrasar o momento da prisão, mantendo acompanhamento sobre os criminosos, para que se consigam melhores provas contra os envolvidos em organizações criminosas ou tráfico de drogas
- e) Nessa espécie de flagrante, agentes provocadores, que podem ser da autoridade, vítima etc., induzem, convencem alguém a praticar um suposto delito, tomando, ao mesmo tempo, providências para que se torne impossível sua consumação

**72) No que concerne ao reconhecimento de coisas no direito processual penal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) No procedimento de reconhecimento de coisas, a pessoa chamada a identificar o objeto deve descrevê-lo e, em seguida, apontá-lo, quando estiver colocado ao lado de outras coisas semelhantes; na sequência deverá ser lavrado auto pormenorizado, que será assinado pelo reconhecedor, pela autoridade e pelo escrivão do feito
- b) Pode interessar ao processo criminal, o reconhecimento de coisas que se constituíram teatro da ocorrência punível
- c) Pode interessar à investigação policial, o reconhecimento de coisas com as quais foi levada a efeito a infração penal, os instrumentos do crime
- d) Pode interessar ao processo penal, o reconhecimento de coisas sobre as quais recaiu, diretamente, a ação do criminoso
- e) Pode interessar ao inquérito policial, o reconhecimento de coisas que, de modo acidental, foram modificadas, alteradas, deslocadas por ação do autor do crime ou, indiretamente, em consequência dessa ação

**73) No que concerne à acareação no direito processual penal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Tal como ocorre em relação ao interrogatório, o acusado tem o direito de manter-se em silêncio por ocasião de acareação a que venha a ser submetido
- b) As pessoas acareadas devem ser colocadas frente a frente e, uma vez advertidas das penas do crime de falsa acareação, serão indagadas pelo juiz ou pela autoridade policial (na fase do inquérito) acerca das divergências e sobre o desejo de manterem ou modificarem a versão que apresentaram
- c) A realização da acareação pressupõe que haja divergência entre as declarações dessas pessoas, referente a ponto relevante para o resultado final do processo
- d) A acareação tem por objetivo provocar a retratação, por parte de um dos acareados, em relação ao ponto do depoimento que se mostra em antagonismo com o outro relato
- e) A realização da acareação pressupõe que as pessoas que serão submetidas à acareação já tenham sido ouvidas em oportunidade anterior



## LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

**74) Em atenção ao disposto na Lei nº 5.553/1968, a qual dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor
- b) A nenhuma pessoa física, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor ou carteira profissional
- c) Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado
- d) A nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por pública-forma, inclusive certidão de casamento, comprovante de naturalização ou carteira de identidade de estrangeiro
- e) Constitui crime, punível com pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) meses e multa, a retenção de qualquer documento de identificação pessoal

**75) Constitui crime previsto na Lei nº 8.069/1990, identificado como sendo o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, a conduta de:**

- a) exibir, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente
- b) divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional
- c) descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar
- d) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo
- e) hospedar adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres

**76) Casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos devem ser notificados compulsoriamente pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como devem ser obrigatoriamente comunicados por eles, dentre outros, aos seguintes órgãos:**

- a) Defensoria Pública e Conselho Municipal do Idoso
- b) Autoridade Policial e Guarda Civil Metropolitana
- c) Ministério Público e Conselho Estadual do Idoso
- d) Poder Judiciário e Conselho Nacional do Idoso
- e) Prefeitura Municipal e Serviço de Assistência Social

**77) Assim dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948:**

- a) todo ser humano tem direito à vida, à liberdade, à propriedade e à proteção de seus dados pessoais
- b) todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida econômica de seu país, empreendendo negócios e abrindo empresas
- c) todos são iguais perante a lei e têm direito, mediante específicas distinções, à proteção da lei e dos atos normativos públicos ou privados
- d) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante
- e) todo ser humano tem direito a receber das polícias locais e regionais, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei

**78) Em relação ao trabalho externo, assim dispõe a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal):**

- a) trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado
- b) a prestação de trabalho à entidade privada independe do consentimento do preso
- c) a prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/2 (metade) da pena
- d) é vedado o trabalho de presos em obras públicas
- e) deverá ser revogada a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime ou for punido por falta grave

**79) De acordo com o disposto na Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral), pode ser afirmado que:**

- a) na eleição para o Senado Federal, para Prefeito e Vice-Prefeito, deve ser adotado o sistema proporcional de votos
- b) a eleição para deputados federais, senadores e suplentes, presidente e vice-presidente da República, governadores, vice-governadores e deputados estaduais, deve ser feita simultaneamente em todo o País
- c) a eleição para a Câmara dos Deputados deve obedecer ao princípio majoritário
- d) o voto é universal e direto; o sufrágio, facultativo e secreto
- e) a eleição para as Assembleias Legislativas deve obedecer ao princípio majoritário



80) No que se refere às disposições da Lei nº 10.259/2001, que disciplina e dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- Os tribunais podem organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico
- Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência
- Admite-se ao Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação
- Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças
- É vedado ao Juiz Federal determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante

81) Constitui crime contra a ordem tributária previsto na Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo), suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de:

- favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores
- elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato
- formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores
- destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros
- abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas

82) Configura crime contra o Sistema Financeiro Nacional previsto na Lei nº 7.492/1986, a conduta de:

- gerir fraudulentamente entidade pública
- solicitar remuneração sobre operação de crédito ou de seguro, administração de fundo mútuo ou fiscal ou de consórcio, serviço de corretagem ou distribuição de títulos ou valores mobiliários
- divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira
- imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, ainda que mediante autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor mobiliário
- apresentar, em falência de instituição financeira, declaração de crédito ou reclamação, ou juntar título com informação específica

## NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

83) A tabela indica o número de ocorrências diárias, durante uma semana, numa delegacia.

Dias da semana	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Número de ocorrência	12	28	18	12	18	18	20

Fonte: o autor

De acordo com os dados da tabela acima, é correto afirmar que:

- a moda de ocorrências é igual a 12
- a média de ocorrências é igual a 20
- a moda de ocorrências é diferente da Média de ocorrências
- a mediana de ocorrências é igual a 12
- a diferença entre a mediana de ocorrências e a média de ocorrências é igual a zero

84) A média das idades de candidatos que participaram de um concurso no local A é igual a 30 anos com desvio padrão igual a 2,5 anos, e a média das idades de candidatos que participaram do mesmo concurso no local B é igual a 35, com desvio padrão igual a 3 anos. Nessas condições, é correto afirmar que:

- o coeficiente de variação das idades dos candidatos no local A é igual ao coeficiente de variação das idades dos candidatos no local B
- o coeficiente de variação das idades dos candidatos no local A é menor que coeficiente de variação das idades dos candidatos no local B
- o valor numérico da variância relativa aos candidatos do local B é maior que 10
- o coeficiente de variação das idades dos candidatos no local A é maior ao coeficiente de variação das idades dos candidatos no local B
- o coeficiente de variação das idades dos candidatos no local A é menor que 7%

85) O valor numérico da variância numa distribuição X é igual a 0,81 e o valor numérico da variância numa distribuição Y é igual a 0,64. Nessas condições, é correto afirmar que:

- o desvio padrão da distribuição Y é maior que o desvio padrão da distribuição X
- o desvio padrão da distribuição Y é menor que o desvio padrão da distribuição X
- a diferença entre os desvios padrões das duas distribuições é igual a 0,17
- o desvio padrão da distribuição X é igual a 0,09
- o desvio padrão da distribuição Y é menor que 0,07

86) Com relação ao coeficiente de assimetria é incorreto afirmar que:

- a distribuição é simétrica se o coeficiente de assimetria for nulo
- a distribuição é assimétrica à esquerda se o coeficiente de assimetria for negativo
- a distribuição é assimetria à direita se o coeficiente de assimetria for positivo
- se a moda for maior que a média, então a distribuição é assimétrica positiva
- se a média for igual a moda, então a distribuição é simétrica

87) Ao determinar o coeficiente de curtose de uma distribuição Carlos verificou que seu valor é igual a 0,296. Desse modo, pode-se dizer que o achatamento da curva normal relativa a essa distribuição é chamada:

- a) Mesocúrtica
- b) Leptocúrtica
- c) Platicúrtica
- d) Isocúrtica
- e) Equicúrtica

88) Ao lançar um dado de 6 faces com números de 1 a 6 ao chão, a probabilidade de o número da face voltada para cima ser par ou maior que 3 é aproximadamente igual a:

- a) 50%
- b) 33%
- c) 67%
- d) 40%
- e) 83%

89) A tabela indica a idade das pessoas atendidas numa delegacia em certo dia.

	Até 30 anos	Acima de 30 anos
<b>Homens</b>	15	13
<b>Mulheres</b>	10	12

Fonte: o autor

Se uma pessoa fosse escolhida, aleatoriamente, a probabilidade de ela ser uma mulher, sabendo que sua idade é de até 30 anos é igual:

- a) 20%
- b) 40%
- c) 50%
- d) 30%
- e) 45%

90) Sheila pretende obter uma amostra proporcional estratificada de 30 inquéritos abertos em 3 delegacias. O total de inquéritos são: 40 da delegacia A, 60 da delegacia B e 100 da delegacia C. Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) o total de inquéritos abertos na delegacia A é igual a 9
- b) o total de inquéritos abertos na delegacia B é igual a 12
- c) o total de inquéritos abertos na delegacia C é igual a 16
- d) O total de inquéritos abertos na delegacia A é menor que 7
- e) O total de inquéritos abertos na delegacia C é maior que 16

91) Quando os elementos da população forem selecionados por um sistema imposto pelo pesquisador, através de um esquema preestabelecido, podemos dizer que esse tipo de amostragem é denominado:

- a) sistemática
- b) estratificada
- c) bola de neve
- d) aleatória simples
- e) por conglomerados

## NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

92) De acordo com o Art. 9º da Lei 8.159 de 1991, a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da (o):

- a) Instituição Arquivística Pública, na sua específica esfera de competência
- b) Arquivo Nacional
- c) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
- d) Conselho Nacional de Justiça
- e) Comissão de Gestão de Documentos

93) Segundo Bellotto (2002), os princípios fundamentais da Arquivística esclarecem as peculiaridades dos documentos de arquivo e devem estar perfeitamente presentes, senão nos estudos diplomáticos, seguramente nos estudos tipológicos. São eles:

- a) Proveniência, Procedência, Individualidade e Autenticidade
- b) Organicidade, Procedência, Indivisibilidade e Unidade
- c) Proveniência, Organicidade, Indivisibilidade e Unicidade
- d) Precedência, Organicidade, Indivisibilidade e Unicidade
- e) Proveniência, Organicidade, Individualidade e Autenticidade

94) Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, se tomados de forma ortodoxa, são os de natureza jurídica, que refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos. Seus elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas. O discurso diplomático é aplicado a um quadro redacional no qual se insere o ato escrito. Essa redação não pode ficar submetida à fantasia de quem a redige. Há regras de composição codificadas, comandadas pelo Direito. Portanto, documento diplomático é:

- a) documento feito por direta vontade dos autores e conservado em matéria e formas genuínas sob as quais foi originalmente emitido
- b) categorias intermediárias entre original e cópia são as que apresentam diferenças sutis entre uma e outra, tratando-se, na realidade, de metamorfoses do original
- c) texto sujeito a correções e a rasuras, contendo supressões, acréscimos e substituições
- d) testemunho escrito de um ato de natureza jurídica, redigido em observância a fórmulas estabelecidas que se destinam a dar-lhe fé e força de prova e legislação
- e) um escrito preparatório e reduzido para que, a partir dele, se pudesse confeccionar o original, isto é, um conjunto de dados essenciais para a redação definitiva do documento

**95) Sobre o conceito de gestão de documentos, de acordo com a Lei nº 8.159/1991, assinale a alternativa correta.**

- a) Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos
- b) Conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados
- c) O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente
- d) Conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades
- e) Conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional

**96) A avaliação de documentos de arquivo é uma etapa decisiva no processo de implantação de políticas de gestão de documentos, tanto nas instituições públicas quanto nas empresas privadas. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que apresenta o que significa avaliação de documentos.**

- a) Constituição formal da Comissão de Avaliação de Documentos, que garanta legitimidade e autoridade à equipe responsável
- b) Levantamento da produção documental: entrevistas com funcionários, responsáveis e encarregados, até o nível de seção, para identificar as séries documentais geradas no exercício de suas competências e atividades
- c) É uma atividade intelectual que consiste em reconstituir, mediante pesquisa na legislação, a origem e evolução da estrutura organizacional e funcional do órgão produtor dos documentos
- d) Trabalho interdisciplinar que consiste em interagir com a análise dos conjuntos documentais a fim de se identificar as funções ou atividades informalmente exercidas
- e) Trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediate e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação

**97) A identificação dos documentos de arquivo é o primeiro passo para sua organização e guarda adequadas. Na identificação, é fundamental que tenhamos como referência os elementos característicos dos documentos. Por mais variados que sejam, os documentos costumam apresentar elementos característicos comuns: suporte, forma, formato, gênero, espécie, tipo e contexto de produção. Assinale a alternativa que apresenta a definição técnica deste tipo documental.**

- a) Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas
- b) Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou
- c) Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo
- d) Configuração física de um suporte, de acordo com a natureza e o modo como foi confeccionado
- e) Material sobre o qual as informações são registradas

**98) De acordo com a Lei n.º 8.159/1991, ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor:**

- a) público
- b) permanente
- c) terciário
- d) privado
- e) especial

**99) A Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. De acordo com a legislação, assinale a alternativa correta.**

- a) Os documentos microfilmados poderão ser eliminados por qualquer processo inadequado que assegure a sua desintegração
- b) Os documentos de valor histórico deverão ser eliminados, podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos
- c) A eliminação dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de certidão
- d) Os originais dos documentos microfilmados poderão ser eliminados antes de seu arquivamento
- e) Os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, vedada sua saída sob qualquer pretexto

**100) A Teoria das Três Idades, baseada no ciclo de vida dos documentos, segundo a qual os arquivos passam por sucessivas fases, da sua produção à guarda permanente ou eliminação, podem ser, respectivamente:**

- a) corrente, intermediário e permanente
- b) intermediário, corrente e permanente
- c) permanente, corrente e intermediário
- d) corrente, permanente e intermediário
- e) intermediário, permanente e corrente